



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Metropolitana - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

Parecer nº 173/IEF/URFBIO METRO - NUREG/2021

PROCESSO Nº 2100.01.0053717/2021-94

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Patrimonial F2R Administração Imobiliária Ltda		CPF/CNPJ: 32.698.195/0001-81
Endereço: Av. Raja Gabaglia, 2720, subsolo 1		Bairro: Estoril
Município: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 30.494-170
Telefone: (31) 3237 8341 ou (31) 2531 4451	E-mail: uma@umagestao.com.br / cynthia@umagestao.com.br / mariana.rodrigues@bernoulli.com.br	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?  
☒ ( x ) Sim, ir para item 3      ☐ ( ) Não, ir para item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:		CPF/CNPJ:
Endereço:		Bairro:
Município:	UF:	CEP:
Telefone:	E-mail:	

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Bernoulli Luxemburgo	Área Total (ha): 0,5019 ha
Registro nº :50854;50855;2172;3544;3545;5186;93016;93017;93018;93019;93020;50857	Município/UF: Belo Horizonte - MG

Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): Imóvel Urbano

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de arvores isoladas nativas vivas ( frutíferas exóticas e nativas, paisagismo)	42	un

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de arvores isoladas nativas vivas	42	un	23 k	609.517	7.794.180
	0,5019	ha			

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
outros	Escola, uso comercial/serviços	0,5019

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL 50855;

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Mata Atlântica	uso antrópico		0,5019

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Madeira nativa		39,5378	m <sup>3</sup>
Lenha nativa		0,2767	m <sup>3</sup>

## 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 03/09/2021

Data da vistoria: 16/09/2021

Data de solicitação de informações complementares:

Data do recebimento de informações complementares:

Data de emissão do parecer técnico: 24/09/2021

## 2. OBJETIVO

É objeto desse parecer analisar a solicitação para corte/aproveitamento de 42 árvores isoladas nativas vivas dispersas em uma área total de 0,5019 ha (5.019,00 m<sup>2</sup>) localizada no bairro Luxemburgo, zona urbana do município de Belo Horizonte-MG.

É pretendido com a intervenção requerida a construção de empreendimento comercial educacional, Bernoulli Luxemburgo, do requerente Patrimonial F2R Administração Imobiliária Ltda. Processo URFBio Metropolitana.

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

### 3.1. Imóvel Urbano:

A Propriedade é composta dos lotes, matrículas nº 50854; 50855; 2172; 3544; 3545; 5186; 93016; 93017; 93018; 93019; 93020; 50857 do Cartório de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/ MG, conforme certidão de registro de imóveis, memorial descritivo e planta topográfica apresentados.

### 3.2. Cadastro Ambiental Rural:

Imóvel localizado em área urbana, sendo assim dispensado da apresentação do recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR ou a comprovação da averbação da área de Reserva Legal da propriedade.

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A área requerida para intervenção ambiental, visando a construção de empreendimento comercial educacional, está inserida nos domínios do bioma Mata Atlântica.

A cobertura vegetal se distingue em áreas antropizadas com presença de indivíduos arbóreos isolados de vegetação exótica composta por frutíferas (mangueiras em sua maior parte), palmeiras e espécies de paisagismo urbano.

Para a implantação do empreendimento será necessário o corte de 42 árvores nativas e exóticas, distribuídas numa área de 0,5019 ha de acordo com o censo florestal.

Sinaflor: 23115940.

Taxa de Expediente: 1401109108788, valor R\$ 493,00, pago em 27/08/2021

Taxa florestal:, 2901109110934 valor R\$ 1.449,81, pago em 27/08/2021

### 4.1. Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Alta

- Qualidade Ambiental ;Muito Baixa

- Erodibilidade: Muito Alta

- Risco potencial de erosão Muito Alta

- Grau de conservação da vegetação nativa: Muito Baixa

- Grau de conservação da flora : Muito baixo

- Componente Natural :Precário

- Exposição do solo: Muito alta

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Especial

- Unidade de conservação: De acordo com a Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema), a área de estudo não se encontra inserida em uma Unidade de Conservação, entretanto, encontra-se na zona de amortecimento de 18 Unidades, sendo 4 dentro do raio de 3 km da UC e 14 dentro de um raio de 10 km da zona de amortecimento de UC, a saber:

Tipo	Nome	Categoria	Distancia em Km
PAR	Mata das Borboletas	Uso Sustentável	2,61
APASUL	RMBH	Uso Sustentável	2,51
ESEC	Cercadinho	Proteção Integral	2,81
APE	Cercadinho	Uso Sustentavel	2,99

PAR	Argeo Pinho Sobrinho	Proteção Integral	3,49
PAR	Roberto Burle Marx	Proteção Integral	7,03
PAR	Serra do Rola Moça	Proteção Integral	7,13
APE	Barreiro	Uso Sustentável	7,05
APE	Mutuca	Uso Sustentável	6,81
APE	Fechos	Uso Sustentável	7,45
RPPN	Vale dos Cristais	Uso Sustentável	6,77
RPPN	Mata Samuel de Paula	Uso Sustentável	10,32
RPPN	Mata do Jambreiro	Uso Sustentável	4,50
RPPN	Minas Tênis Clube	Uso Sustentável	8,27
PAR	Baleia	Proteção Integral	5,92
PAR	Mangabeiras	Proteção Integral	4,62
PAR	Reserva Eco. do Bairro União	Proteção Integral	7,62
PAR	Ursulina de Andrade Melo	Proteção Integral	7,86

- Outras: Art 11 e Art 25 da Lei Federal 11428/06

Conforme estudo da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) o percentual de vegetação do Bioma Mata Atlântica (2013/2014) existente no Estado de Minas Gerais é de 10,3 %, assim.

Em se tratando do Art. 11 da Lei 11.428/2006, conforme os dados do levantamento da área do empreendimento, esta não abriga espécies da flora ameaçadas de extinção (Portaria MMA 443/2014). Não exerce função essencial de proteção de manancial ou de prevenção e controle de erosões. Por tratar-se de área urbana e considerando a dimensão da área de intervenção, não há impacto significativo sobre corredores ecológicos e habitats naturais da fauna. Embora esteja localizada no entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral, a área urbana foi definida anteriormente à definição da zona de amortecimento destas UC's. Não está localizado em área de excepcional valor paisagístico, assim declarada pelo poder público.

Considerando os estudos apresentados, a dimensão da área requerida, assim como o fato de estar localizada no perímetro urbano, a adoção das medidas mitigadoras e compensatórias propostas foram consideradas suficientes para assegurar que a intervenção pleiteada não coloca em risco a sobrevivência de espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção.

#### 4.2. Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: E-05-07-0 Atividades e empreendimentos residenciais multifamiliar, comerciais ou industriais previstos no artigo 4º B, da Lei Estadual nº 15979/2006, desde que sujeitos a licenciamento ambiental nos termos da DN COPAM 222/2018

- Atividades licenciadas: Estabelecimento prestador de serviços, educacional

- Classe do empreendimento: 2

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: LAS/RAS

- Número do documento: Não possui

#### 4.3. Vistoria realizada:

A vistoria técnica foi realizada no dia 16/09/2021. A vegetação existente na área se distingue em áreas antropizadas com presença de indivíduos arbóreos isolados de vegetação exótica composta por frutíferas (mangueiras em sua maior parte), palmeiras e espécies de paisagismo urbano

##### 4.3.1. Características físicas:

##### Topografia


Possui topografia ondulada definida como depressão Belo Horizonte região norte nordeste Ao fim do estudo concluiu-se que **NÃO há Área de Preservação Permanente - APP** proveniente de declividade superior a 100% ou acima de 45º ocorrente no terreno em tela.


O terreno apresenta majoritariamente baixa declividade. Cumpre esclarecer que, embora apresente locais com declividade acima de 100%, todos eles se caracterizam como taludes de origem antrópica, e portanto, não considerados como áreas de preservação permanente, de acordo com o art. 4º da Lei Federal nº 12.651/2012



Fonte: UMA GESTÃO DE PROJETOS, 2021

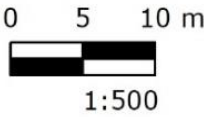
**LEGENDA**

 Delimitação do empreendimento

 Curvas de nível: 1m

**Declividade (%)**

-  Abaixo de 20%
-  Entre 20 e 30%
-  Entre 30 e 45%
-  Entre 45 e 100%
-  Acima de 100%



A propriedade possui uma área com edificações e outra com uso alterado do solo com árvores isoladas

Área com edificação	2385,85mtrs <sup>2</sup>
Área antropizada sem ocupação com indivíduos isolados	2633,57mtrs <sup>2</sup>
TOTAL	5.019,42mtrs <sup>2</sup>

Para verificação e análise foram considerados os dados coletados pelo responsável técnico. De acordo com o art. 54 da Lei Estadual 20.922/13, em áreas de inclinação entre 25° (vinte e cinco graus) e 45° (quarenta e cinco graus), são permitidos o manejo florestal sustentável e o exercício de atividades agrossilvipastoris e a infraestrutura física associada ao desenvolvimento dessas atividades, observadas as boas práticas agrônômicas e de conservação do solo e da água, sendo vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo, excetuados os casos de utilidade pública e interesse social. O Decreto Estadual nº 47.749/19 que dispõe em seu art. 38, III e parágrafo único:

*“ Art. 38. É vedada a autorização para uso alternativo do solo nos seguintes casos:*

*(...)*

*III - nas áreas rurais com inclinação entre 25º (vinte e cinco graus) e 45º (quarenta e cinco graus), excetuados os casos de utilidade pública e interesse social;*

*(...)*

***Parágrafo único. Nas áreas urbanas e de expansão urbana, assim consideradas em plano diretor municipal ou lei específica de uso e ocupação do solo urbano, se aplica o disposto no inciso III do parágrafo único do art. 3º da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.”***

Considerando que o imóvel está localizado no perímetro urbano no município de Belo Horizonte, e ainda que o parcelamento do solo do bairro Luxemburgo foi aprovado em data anterior a publicação do Decreto Estadual 44.646 de 31 de outubro de 2007, fica, portanto, vinculado à Lei Federal 6.766/1979. As áreas com inclinação acima de 30% , ou ou 16,7° e inferior a 100% ou 45° estão sujeitas ao cumprimento das exigências da autoridade municipal competente.

O terreno apresenta majoritariamente baixa declividade. Cumpre esclarecer que, embora apresente locais com declividade acima de 100%, todos eles se caracterizam como taludes de origem antrópica, e portanto, não considerados como áreas de preservação permanente. Na área em questão, não existem cursos d'água ou nascentes, portanto, não existem áreas de preservação permanente destas tipologias

#### **Hidrografia**

O município de Belo Horizonte, onde está inserida a ADA, localiza-se na macro bacia do São Francisco (SF5), pertencente à bacia hidrográfica do Rio das Velhas. A área do empreendimento, de acordo com a base de dados da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PMBH – BHMAB (2021), está inserida na bacia hidrográfica do Ribeirão Arrudas, sub-bacia do Córrego do Leitão. Na área em questão, não existem cursos d'água ou nascentes, portanto, não existem áreas de preservação permanente destas tipologias

#### **Solos**

O solo da ADA pode ser classificado Cambissolo Háplico Tb Distrófico + Argissolo Vermelho-Amarelo Distrófico + Neossolo Quartzarênico Órtico (CXd21)

#### **4.3.2. Características biológicas:**

#### **Vegetação**

A vegetação existente na ADA é composta por indivíduos arbóreos isolados. Dos 42 indivíduos que fazem parte do pedido de intervenção ambiental com supressão de vegetação, tem-se que pertencem a 18 espécies, 16 gêneros e 8 famílias botânicas. No que se refere à composição florística, tem-se como espécie com maior ocorrência a espécie florestal exótica Mangifera indica com 9 indivíduos, seguida pela espécie exótica Dyspis lutescens com 6 indivíduos e pela espécie exótica de palmeira Archontophoenix alexandrae com 6 indivíduos e da espécie nativa Schizolobium parahyba também com 4 indivíduos, ambas ocupando o terceiro lugar. Não foram encontrados indivíduos mortos.

A diversidade nesta tipologia pode ser considerada baixa ( $H' = 2,56$ ), devido à grande quantidade de indivíduos de espécies exóticas, e ainda, por se tratar de área sem fragmentos florestais, com uso alterado do solo e perturbação antrópica, com apenas 18 espécies de 42 indivíduos levantados. Em consonância, o valor de 0,92 para o Índice de Dominância de Simpson (C) permite inferir que a área em estudo apresenta razoável riqueza florística. Entretanto, a Equabilidade de Pielou (J) é estimada em 0,89 o que evidencia que as espécies não estão distribuídas de forma equitativa entre os indivíduos catalogados. Ou seja, há relativa dominância ecológica de algumas espécies, cenário onde se destacam as espécies exóticas Mangifera indica e Dyspis lutescens que respondem juntas por 35,72% dos indivíduos mensurados

Quanto a estrutura horizontal, dentre as 42 espécies mensuradas, tem-se que a espécie exótica Mangifera indica tem maior percentual de Valor de Importância (38,52%), sobretudo devido a sua dominância absoluta (DoA) e também pela dominância relativa (DoR). Em seguida, tem-se as espécies Dyspis lutescens (Palmeira Areca 7,12%) e Schizolobium parahyba (Guapuruvu, 6,16%)

A análise da estrutura diamétrica, separou-se os indivíduos arbóreos em classes diamétricas distintas, principalmente para a definição da destinação do material lenhoso. O principal destino da madeira será para madeira de serraria, devido ao tamanho de diâmetro dos indivíduos arbóreos, DAP acima de 15 cm, com uma volumetria total de 39,2611 m<sup>3</sup> e para lenha (<15 cm de DAP), a volumetria total é de 0,2767 m<sup>3</sup>, totalizando 39,5378 m<sup>3</sup>. a volumetria por espécie mensurada nesse censo florestal. A espécie florestal com maior volumetria é Mangifera indica com 35,2736 m<sup>3</sup>, seguida pela espécie Schizolobium parahyba com 2,3030 m<sup>3</sup> e Syzygium jambolanum com volumetria de 0,39574 m<sup>3</sup>. É importante ressaltar que, a diferença de 0,0038 m<sup>3</sup> entre a volumetria total por centro de classe e por espécies se deve ao fato de que a volumetria por centro de classe considera exclusivamente o volume de rendimento lenhoso. Então, nessa perspectiva, o volume solicitado para supressão se refere ao de centro de classe, logo, 39,5378 m<sup>3</sup>.

Não existem espécies ameaçadas ou imunes de corte dentro da área onde será solicitada a intervenção ambiental com supressão de vegetação

#### **Fauna**

De acordo com os estudos apresentados, por se tratar de área urbanizada, não existem animais silvestres na área em questão, tampouco espécies ameaçadas de extinção. A caracterização da fauna foi realizada por meio de levantamento de dados primários visando identificar as principais espécies com ocorrência potencial na área diretamente afetada pelo empreendimento. Os dados primários foram obtidos durante campanha de campo. Já os dados secundários foram obtidos por meio de consulta em publicações de artigos científicos e pesquisas realizadas em áreas próximas à localização da ADA.

Sobrevoando o terreno foram avistados Urubus-pretos (*Coragyps atratus*) e o gavião Carcará (*Caracara plancus*), espécies comuns e adaptadas a ambientes alterados. Foram encontradas espécies de aves associadas às paisagens abertas e antropizadas como os Anus-pretos (*Crotophaga ani*), Anu-branco (*Guira guira*), Tiziu (*Volatinia jacarina*), Baiano (*Sporophila nigricollis*), Rolinha-roxa (*Columbina talpacoti*), Sabiá-do-campo (*Mimus saturninus*), João-de-barro (*Furnarius rufus*), Picapau-do-campo (*Colaptes campestris*), Tuim (*Forpus xanthopterygius*), Tiziu (*Volatinia jacarina*) Sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*), Lavadeira mascarada (*Fluvicola nengeta*), a frequente Pomba-asa-branca (*Patagioenas picazuro*), Periquitão-maracanã (*Psittacara leucophthalmus*), o Beija-flor-tesoura (*Eupetomena macroura*) além da ave exótica Bico-de-lacre (*Estrilda astrild*), entre outros.

Foram avistadas também espécies comuns de formações florestais, uma vez que o entorno do terreno ainda apresentava remanescentes florestais, até mesmo com corpos d'água, proporcionando ambiente propício espécies como Jacuaçu (*Penelope obscura*), a Saíra-douradinha (*Tangara cyanoventris*), a Choca-da-mata (*Thamnophilus caerulescens*), o Picapauzinho-anão (*Veniliornis passerinus*). Do grupo dos répteis, foi registrado o Calango (*Tropidurus torquatus*), espécie comum e adaptada a ambientes alterados.

Em entrevista realizada com o segurança que faz ronda de carro na região foi reportada a presença de Quatis (*Nasua nasua*), além de Gambás (*Didelphis albiventris*), do Mico-estrela (*Callithrix penicillata*) e o Caxinguelê (*Sciurus aestuans*) que são espécies frequentemente observadas nas proximidades do terreno.

Sobre a mastofauna regional, em relação ao levantamento da fauna com ocorrência regional, a compilação de dados sobre pesquisas e estudos realizados próximos ao local do empreendimento descreve as espécies o enquadramento das mesmas no status de conservação segundo resolução MMA (2014) e IUCN (2014) e IUCN (2015):

*Puma concolor* - Onça-Parda - Vulnerável

*Leopardus wiedii* - Gato-Maracajá - Em extinção e vulnerável

*Leopardus pardalis* - Jaguatirica - Vulnerável

*Chrysocyon brachyurus* - Lobo-Guará - Vulnerável

#### **4.4. Alternativa técnica e locacional:**

Não se aplica

#### **5. ANÁLISE TÉCNICA**

A área de intervenção através do corte/aproveitamento de árvores nativas vivas isolada, com baixa diversidade e grande quantidade de espécies exóticas com uma relativa dominância ecológica de algumas espécies, cenário onde se destacam as espécies exóticas Mangifera indica e Dypsis lutescens que respondem juntas por 35,72% dos indivíduos mensurados. Não ocorrem espécies ameaçadas ou imunes de corte dentro da área objeto do requerimento.

Assim, observados quesitos técnicos e legais não verificamos existência de óbices ao pleito do requerente, desde que cumpridas todas as medidas mitigadoras e compensatórias cabíveis.

#### **5.1. Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área e seu entorno, e afetam direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo estes:

**Impactos:** perda e fragmentação de hábitat ; redução da biodiversidade; exposição do solo, facilitando processos erosivos; poluição sonora pelo uso de máquinas; perturbação, afugentamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento, além da diminuição da disponibilidade de alimento; alteração da paisagem; aumento da pressão antrópica sobre biótopos.

**Medidas mitigadoras:** contratar profissional competente e habilitado para execução dos serviços a fim de evitar e coibir intervenções em áreas além das autorizadas; realizar a supressão fora do período chuvoso e não fazer uso de fogo; preservar as áreas remanescentes; proteção das áreas de preservação existentes na propriedade e seu entorno, caso ocorram; durante o processo de supressão florestal e ou a conclusão da obra, adotar medidas de controle dos efluentes líquidos, através de adoção de banheiros químicos, se for necessário; conciliar a execução da supressão da vegetação com a efetiva implantação do empreendimento, diminuindo o tempo de exposição do solo, utilizar técnicas e metodologias de afugentamento e proteção da fauna silvestre, desenvolver as atividades de supressão tomando todas as medidas cabíveis para proteção de ninhos caso existam e adotar técnicas e medidas de proteção do solo e controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos.

Tomadas as devidas medidas de controle, não deverão ocorrer impactos ambientais significativos no local, considerando a vegetação, solo e fauna, os itens mais vulneráveis às ações antrópicas para este caso.

#### 6. CONTROLE PROCESSUAL

#### 7. CONCLUSÃO

Considerando a análise das informações apresentadas, e, ainda a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO**, a saber, o corte/aproveitamento de 42 árvores isoladas nativas/exóticas vivas em 0,5019 ha, bem como o aproveitamento do material lenhoso de 39,5378 m³ de madeira exótica e 0,2767 m³ de lenha nativa/ exótica., este parecer único deverá ser submetido à apreciação da Supervisão Regional para deliberação.

#### 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

8.1. Não se aplica

#### 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

#### 10. CONDICIONANTES

O documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante cumprimento integral das seguintes condicionantes:

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Contratar profissional competente e habilitado para execução dos serviços	Durante a intervenção
2	Conciliar a execução da supressão da vegetação com a efetiva implantação do empreendimento, diminuindo o tempo de exposição do solo	Durante a vigência do DAIA
3	Implantação de um sistema de drenagem na área do empreendimento	Durante a intervenção
4	Adotar técnicas e procedimentos necessários à destinação adequada dos resíduos gerados durante a atividade	Durante a intervenção
5	Dar destinação correta ao material lenhoso proveniente da supressão considerando o disposto no Decreto 47.749/19	Durante a vigência do DAIA

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

\*\* A Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.

\*\*\* A Autorização para Intervenção Ambiental somente será válida após a obtenção do Alvará de Construção junto ao município, ente federativo responsável pela verificação do cumprimento das condições estabelecidas no inciso III do parágrafo único do art.3º da Lei Federal n. 6.766/1979.

#### INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC ( X ) SUPERVISÃO REGIONAL

**RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO**

**Nome: Célio Lessa Couto Junior**  
**MASP 957407-0**

**Referência:** Processo nº 2100.01.0053717/2021-94

SEI nº 35203744